

CLÁUDIO TESSARI

Modulação dos Efeitos no STF

**Parâmetros para Definição
do Excepcional Interesse Social**

2022



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo

Tel: (11) 3582.5757

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições Juspodivm

Diagramação: Equipe Juspodivm

Capa: Ana Caquetti

T338m Tessari, Cláudio

Modulação dos Efeitos no STF - Parâmetros para definição do excepcional interesse social / Cláudio Tessari – São Paulo: Editora JusPodivm, 2022.

304 p.

Inclui Bibliografia

ISBN 978-85-442-3888-2

1. Direito Constitucional. 2. Supremo Tribunal Federal. 3. Interesse social. I. Tessari, Cláudio. II. Título.

CDD 341.2

Todos os direitos desta edição reservados a Edições Juspodivm.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições Juspodivm. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

Sumário

APRESENTAÇÃO.....	9
PREFÁCIO.....	11
1. O IDEAL JURÍDICO ALMEJADO PELOS PODERES LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO NAS DECISÕES JUDICIAIS.....	17
1.1. A influência do Poder Judiciário sobre os textos legislativos.....	26
1.2. A arbitrariedade do magistrado e a discricionariedade do juízo.....	37
1.3. A ordem constitucional do processo.....	43
1.4. A contribuição das decisões judiciais na construção do direito.....	55
1.4.1. Padrões decisórios.....	67
1.4.2. O dever de fundamentação outorga voz às deci- sões judiciais.....	81
1.4.3. A fundamentação das decisões judiciais que tra- tam de conceitos jurídicos indefinidos e abertos.....	98
2. MODULAÇÃO DOS EFEITOS NO TEMPO DE DECISÃO EXARADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	107
2.1. Previsões constitucional e legal da modulação dos efeitos da decisão de inconstitucionalidade.....	118
2.2. A aplicação das disposições do art. 27 da Lei n. 9.868/99 e a irrelevante declaração de inconstitucionalidade futura.....	133
2.3. <i>Quorum</i> do pleno do Supremo Tribunal Federal para mo- dular os efeitos da declaração de inconstitucionalidade de texto.....	135

3.	QUESTÕES PROCESSUAIS QUE IMPORTAM NA MODULAÇÃO DOS EFEITOS NO TEMPO DAS DECLARAÇÕES DE INCONSTITUCIONALIDADE JULGADAS PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	141
3.1.	A competência e os procedimentos para o Supremo Tribunal Federal fiscalizar e declarar a (in)constitucionalidade de leis e atos normativos	143
3.1.1.	Controle concentrado e abstrato de (in)constitucionalidade	147
3.1.2.	Controle difuso e concreto de (in)constitucionalidade	150
3.1.3.	O impacto das decisões de inconstitucionalidade no tempo – eficácia <i>ex tunc</i> e <i>ex nunc</i>	155
3.2.	A modulação dos efeitos das decisões de inconstitucionalidade é questão de ordem pública, razão que proporciona sua arguição de ofício, em sede de sustentação oral, por memorial, ou via embargos de declaração	164
4.	OS CONCEITOS ABERTOS E INDEFINIDOS NOS TEXTOS LEGAIS: A HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL E A INTERPRETAÇÃO	173
4.1.	Conceitos abertos e linguagem jurídica	178
4.2.	Hermenêutica jurídica	181
4.3.	Interpretação jurídica	184
4.4.	A hermenêutica constitucional como forma adequada de interpretar conceitos abertos e indefinidos nos textos legais	194
5.	O INTERESSE PÚBLICO E O INTERESSE DO ESTADO	197
5.1.	Conceito jurídico de interesse público	198
5.2.	O comportamento contraditório do Estado em defesa dos seus interesses	203
5.3.	A invocação do consequencialismo na preservação do equilíbrio financeiro do Estado para modular os efeitos da decisão de inconstitucionalidade	209

6. O EXCEPCIONAL INTERESSE SOCIAL	225
6.1. Conceito jurídico de excepcional interesse social.....	231
6.2. Os traços distintivos entre interesse social e interesse público	239
6.3. A aplicação na prática do excepcional interesse social na modulação dos efeitos das decisões de inconstitucionalidade proferidas pelo Supremo Tribunal Federal.....	248
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	265
REFERÊNCIAS	269